

8. ALTERAÇÕES AO CÓDIGO REGULAMENTAR DO MUNICÍPIO DE BRAGA:

Da **DMGAP – Divisão de Serviços Jurídicos e do Contencioso**, submetendo à consideração do Executivo Municipal o pedido de alteração do Artº. B-3/2º, do título III do CRMB, retirando o nº. 2 daquele artigo, dado o mesmo ter sido introduzido por mero lapso, uma vez que não constava do anterior RMSRCHCB que esteve na origem do título III.



BRAGA
Município

DMGAP - DIVISÃO DE SERVIÇOS JURÍDICOS E DO CONTENCIOSO

Recebi logo 13/03/2018

Roberto Muryel
185316

Documento nº I/88/2018/1

Assunto: ALTERAÇÕES AO CRMB

Informação de 26/02/2018

Jurista: Elisa Cunha Coelho

Concordo.
Remeta-se ao Sr. Diretor Municipal
Dr. Miguel Antunes Guimarães.
7/3/2018 Chef de Divisão
Liliana Veiga
13/03/2018

QUESTÃO

O Diretor Municipal de Gestão Administrativa e Prospetiva
Miguel Antunes Guimarães

1.

De acordo com informação DSJC remetida pela qualidade à DAC, o Município de Braga tem previsto em CRMB elementos/documentos contrário ao DL n.º 40/2016, de 29/07.

A DAC e a DTM estão a facultar informação e a informar pedidos de avenças de estacionamento, respetivamente com a informação que consta no CRMB n.º 2 do artigo D-1/31.º que, é contrária ao DL n.º 40/2016, de 29/07. A questão foi levantada no âmbito do PED/16710/2017 e GERES/2671/2017.

2.

Drª Liliana Veiga

Na sequência dos contactos anteriormente estabelecidos com os vossos serviços, venho pelo presente formalizar o **pedido alteração do Art.º B-3/2º do título III do CRMB, retirando o n.º 2 daquele artigo**, dado que o mesmo deverá ter sido introduzido por mero lapso, uma vez que não constava do anterior RMSRCHCB que esteve na origem deste Título III.

Dr. Pedro Lopes

ANÁLISE

Foram propostas alterações ao Código Regulamentar do Município de Braga.

A saber:

1ª: **ALTERAÇÃO AO ARTIGO D-1/31º, N.º 2**

Guimarães

185316



Justificação:

Parecer desta DSJC:

«DO DIREITO:

Como efetivamente refere a requerente, há uma contradição entre o CRMB e o Decreto-Lei nº 138/2012 de 5 de julho: o CR exige que, no nº 2 do artigo D-1/31º que *“os documentos apresentados deverão estar atualizados e deles constar a morada com base na qual é requerida a avença”* (referindo-se aos documentos que deverão instruir o requerimento do pedido de avença, entre os quais se encontra a carta de condução), referindo, por sua vez, o DL enunciado, no seu artigo 19º que *“5 - No caso de candidato ou titular de carta de condução nacional, a residência habitual é a que consta do documento de identificação.”*

Ora, o Decreto-Lei n.º 40/2016, de 29 de julho, foi elaborado no sentido de fortalecer, simplificar e digitalizar a Administração, com o propósito de a tornar mais eficiente e facilitadora da vida dos cidadãos e das empresas, através do lançamento do Programa SIMPLEX.

Aliás, de acordo o preâmbulo do citado diploma: *“Neste sentido, no que respeita ao processo de emissão de títulos de condução, introduzem-se várias medidas de simplificação administrativa de desmaterialização da documentação de suporte, reforçando, assim, as políticas e princípios aplicáveis à administração eletrónica que determinam que órgãos e os serviços da Administração Pública, quer nas relações interadministrativas, quer nas suas relações com os particulares, devem utilizar meios eletrónicos no desempenho da sua atividade de modo a promover a eficiência e a transparência administrativas e a proximidade com os interessados. Em primeiro lugar, a informação constante da carta de condução passa a estar integrada com a informação constante do Cartão de Cidadão, o que permite que a alteração de morada e a recolha de dados biométricos (fotografia e assinatura) seja realizada de uma única vez, mediante protocolo a celebrar entre o Instituto dos Transportes e Mobilidade, I. P. (IMT, I. P.), e o Instituto de Registos e Notariado, I. P.”*

Neste sentido, julga-se que também não é intenção do Município contrariar esta intenção de “complicar” o que está a ser legalmente “descomplicado”.

Por outro lado, obviamente que, tendo um Decreto-Lei a determinar que a carta de condução já não precisa de ter a morada atualizada, não pode o Regulamento exigir que a tenha.»



2ª: ALTERAÇÃO DO ARTIGO B-3/2º

Eliminação do n.º 2 daquele artigo, dado que o mesmo deverá ter sido introduzido por mero lapso, uma vez que não constava do anterior RMSRCHCB que esteve na origem deste Título III.

Assim sendo, teremos que ter em conta os procedimentos obrigatórios a seguir, em cumprimento do estabelecido nos artigos 97º a 101º do Código de Procedimento Administrativo:

CAPÍTULO I

Procedimento do regulamento administrativo

Artigo 97.º

Petições

- 1 - Os interessados podem apresentar aos órgãos competentes petições em que solicitem a elaboração, **modificação** ou revogação de regulamentos, as quais devem ser fundamentadas, sem o que a Administração não toma conhecimento delas.
- 2 - O órgão com competência regulamentar deve informar os interessados do destino dado às petições formuladas ao abrigo do n.º 1, bem como dos fundamentos da posição que tome em relação a elas.

Artigo 98.º

Publicitação do início do procedimento e participação procedimental

- 1 - O início do procedimento é publicitado na Internet, no sítio institucional da entidade pública, com a indicação do órgão que decidiu desencadear o procedimento, da data em que o mesmo se iniciou, do seu objeto e da forma como se pode processar a constituição como interessados e a apresentação de contributos para a elaboração do regulamento.
- 2 - Quando as circunstâncias o justifiquem, podem ser estabelecidos os termos de acompanhamento regular do procedimento por acordo endoprocedimental com as associações e fundações representativas dos interesses envolvidos e com as autarquias locais em relação à proteção de interesses nas áreas das respetivas circunscrições.

Artigo 99.º

Projeto de regulamento

Os regulamentos são aprovados com base num projeto, acompanhado de uma nota justificativa fundamentada, que deve incluir uma ponderação dos custos e benefícios das medidas projetadas.



Artigo 100.º

Audiência dos interessados

- 1 - Tratando-se de regulamento que contenha disposições que afetem de modo direto e imediato direitos ou interesses legalmente protegidos dos cidadãos, o responsável pela direção do procedimento submete o projeto de regulamento por prazo razoável, mas não inferior a 30 dias, a audiência dos interessados que como tal se tenham constituído no procedimento.
- 2 - A audiência dos interessados pode ser escrita ou oral e processa-se, salvo quanto aos prazos, nos termos dos artigos 122.º e 123.º
- 3 - O responsável pela direção do procedimento pode não proceder à audiência quando:
 - a) A emissão do regulamento seja urgente;
 - b) Seja razoavelmente de prever que a diligência possa comprometer a execução ou a utilidade do regulamento;
 - c) O número de interessados seja de tal forma elevado que a audiência se torne incompatível, devendo nesse caso proceder-se a consulta pública;
 - d) Os interessados já se tenham pronunciado no procedimento sobre as questões que importam à decisão.
- 4 - Nas situações previstas no número anterior, a decisão final deve indicar os fundamentos da não realização da audiência.
- 5 - A realização da audiência suspende a contagem dos prazos do procedimento administrativo.

Artigo 101.º

Consulta pública

- 1 - No caso previsto na alínea c) do n.º 3 do artigo anterior ou quando a natureza da matéria o justifique, o órgão competente deve submeter o projeto de regulamento a consulta pública, para recolha de sugestões, procedendo, para o efeito, à sua publicação na 2.ª série do Diário da República ou na publicação oficial da entidade pública, e na Internet, no sítio institucional da entidade em causa, com a visibilidade adequada à sua compreensão.
- 2 - Os interessados devem dirigir, por escrito, as suas sugestões ao órgão com competência regulamentar, no prazo de 30 dias, a contar da data da publicação do projeto de regulamento.
- 3 - No preâmbulo do regulamento, é feita menção de que o respetivo projeto foi objeto de consulta pública, quando tenha sido o caso.

A saber:

1. Procedimentos a seguir:



- a. O Executivo Municipal deve aprovar, em reunião, o **início do procedimento**;
- b. Posteriormente e nos termos do disposto no **artigo 98.º do CPA** deve ser publicitado o início do procedimento: na Internet, no sítio institucional do Município, com a indicação do órgão que decidiu desencadear o procedimento, da data em que o mesmo se iniciou, do seu objeto e da forma como se pode processar a constituição como interessados e a apresentação de contributos para a elaboração do regulamento;
- c. Os interessados devem dirigir por escrito as suas sugestões ao órgão com competência regulamentar, no prazo de 15 dias a contar da data da publicação do projeto;
- d. Findo esse prazo, se houver sugestões, deverão as mesmas ser analisadas;
- e. Depois de analisadas, se pertinentes, serão introduzidas no Projeto do Regulamento, caso contrário, manter-se-á o mesmo Projeto, que deverá ser submetido a consulta pública ou audiência prévia, nos termos dos arts. 100º ou 101º do CPA;
- f. Findo esse prazo, se houver sugestões, deverão as mesmas ser analisadas;
- g. Depois de analisadas, se pertinentes, serão introduzidas no Regulamento, que tomará agora, a sua versão final;
- h. A mesma seguirá para a Câmara Municipal, que a remeterá para aprovação da Assembleia Municipal;
- i. Após aprovação, e de acordo com o disposto no artigo 139º do CPA, deverá ser remetido para publicação no DR e no sítio da internet do Município.

Ou seja, em termos gerais os procedimentos de alteração dos regulamentos administrativos regem-se pelos art.ºs 97.º a 101.º (quanto ao procedimentos de elaboração), e pelos art.ºs 139.º a 144.º (quanto à eficácia dos regulamentos).

Determina o n.º 1 do art.º 98.º que "o início do procedimento é publicitado na Internet, no sítio institucional da entidade pública, com a indicação do órgão que decidiu desencadear o procedimento, da data em que o mesmo se iniciou, do seu objeto e da forma como se pode



processar a constituição como interessados e a apresentação de contributos para a elaboração do regulamento."

Nos termos conjugados desta disposição legal, com o que dispõe a al. k) do n.º 1 do art.º 33.º do Anexo I da Lei n.º 75/2015, de 12 de setembro, o órgão competente para decidir desencadear o procedimento é, na nossa opinião e salvo melhor entendimento, a Câmara Municipal.

Em anexo, segue minuta do Edital, para assinatura do Sr. Presidente, depois de aprovação do início do procedimento pelo E.M. (FASE: alíneas a e b).

A jurista,



AVISO
PUBLICITAÇÃO DO INÍCIO DE PROCEDIMENTO
ALTERAÇÃO AO CÓDIGO REGULAMENTAR DO MUNICÍPIO DE BRAGA:
alteração aos artigos B-3/2º e D-1/31º

1. **Ricardo Bruno Antunes Machado Rio**, Presidente da Câmara Municipal de Braga, no uso das competências conferidas pelas alíneas b) e t) do nº 1 do artigo 35º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, em cumprimento e para efeitos do disposto no artigo 56º da mesma Lei e no nº 1, do artigo 98º do Código do Procedimento Administrativo, aprovado pelo Decreto-Lei nº 4/2015, de 7 de janeiro, torna público que a Câmara Municipal de Braga, em reunião ordinária de ____/____/2018, deliberou desencadear o procedimento de **Alteração aos artigos B-3/2º (Título III Salvaguarda e Revitalização do Centro Histórico - Capítulo I Disposições Gerais – Âmbito) e D-1/31º (Secção III Estacionamento de Duração Limitada - Subsecção II – Avenças - Instrução do pedido de avença) do Código Regulamentar do Município de Braga**, ao abrigo do disposto na Constituição da República Portuguesa (artigos 112º e 241º), alínea k) do nº1 do artigo 33º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro.
2. Mais se torna público que, se podem constituir como interessados no procedimento todos aqueles que, nos termos do nº 1, do artigo 68º do CPA, sejam titulares de direitos, interesses legalmente protegidos, deveres, encargos, ónus ou sujeições no âmbito das decisões que nele forem ou possam ser tomadas, bem como as associações, para defender interesses coletivos ou proceder à defesa coletiva de interesses individuais dos seus associados que caibam no âmbito dos respetivos fins.
3. Os interessados podem ainda, no prazo de 10 dias úteis, a contar da data da publicitação do aviso no sítio da internet do Município, formular contributos ou



sugestões sobre quaisquer questões que possam ser consideradas no âmbito do procedimento de elaboração e aprovação das presentes alterações, sem prejuízo da ulterior audiência dos interessados e/ou consulta pública.

4. A formulação de sugestões ou contributos, bem como a constituição como interessados no procedimento, deve ser efetuada por escrito, até ao termo do prazo supra referido, dirigida ao Presidente da Câmara Municipal – Balcão Único, ou por via digital para o endereço eletrónico municipe@cm-braga.pt, colocando como Assunto “Apresentação de sugestões às alterações **aos artigos B-3/2º e D-1/31º do CRMB**”.

Braga, _____ de 2018.

O Presidente da Câmara Municipal,


Ricardo Bruno Antunes Machado Rio



BRAGA
Município

Documento nº: I/88/2018/1

Data Registo: 04-01-2018

Assunto: Registo de melhoria n.º 1/DAC/2018 - reclamação GERES/2671/2017

Classificador: 0 - GENÉRICO

Tipo Documento: Informação Interna

Livro: Documento Interno

Entidade:

Nome/Designação: Liliana Veiga (Dra)

Endereço:

Processo(s):

- PROC/2/DISIQ/2018 - Registos de Melhoria

Utilizador: Liliana Veiga (Dra)

Destinatário: Liliana Veiga (Dra)

Conhecimentos:

Data: 04-01-2018 14:30:07

Documento: I/88/2018/1

Criação automática de pedido

Utilizador: Liliana Veiga (Dra)

Destinatário: Liliana Veiga (Dra)

Conhecimentos:

Alexandra Fernandes (Dra)

Cidália Lopes (Dra)

Cristina Silva (Dra)

Data: 04-01-2018 14:47:42

Documento: I/88/2018/1

Enviado Dr. Miguel Guimarães em físico para colher aprovação

Utilizador: Liliana Veiga (Dra)

Destinatário: Liliana Veiga (Dra)

Conhecimentos:

Data: 09-01-2018 12:58:39

Documento: I/88/2018/1

Criação automática de pedido

Utilizador: Liliana Veiga (Dra)

Destinatário: Liliana Veiga (Dra)

Conhecimentos:

Alexandra Fernandes (Dra)

Cidália Lopes (Dra)

Cristina Silva (Dra)

Data: 09-01-2018 12:58:40

Documento: I/88/2018/1

Enviado Dr. Miguel Guimarães em físico para colher aprovação

Utilizador: Liliana Veiga (Dra)

Destinatário: Miguel Guimarães (Dr)

Conhecimentos:

Ana Bernardo (Dra)

Data: 09-01-2018 12:59:39

Documento: I/88/2018/1

Para prever ajuste Código Regulamentar, face informação DSJC.

Utilizador: Miguel Guimarães (Dr)

Destinatário: Alice M Gonçalves

Conhecimentos:

Data: 12-01-2018 17:13:54

Documento: I/88/2018/1

Remeter à DSJC.

Utilizador: Alice M Gonçalves

Destinatário: Isilda Castro (Dra)

Conhecimentos:

Data: 15-01-2018 09:56:57

Documento: I/88/2018/1

Utilizador: Isilda Castro (Dra)

Destinatário: Dr^a Elisa Coelho

Conhecimentos:

Data: 16-01-2018 17:45:42

Documento: I/88/2018/1

para procedimento

Os dados disponibilizados, válidos à data da sua divulgação, são da responsabilidade das respectivas fontes, sendo qualquer utilização ou manipulação posteriores da exclusiva responsabilidade do seu autor.

Elisa Coelho

De: Pedro Lopes
Enviado: 31 de janeiro de 2018 12:48
Para: Elisa Coelho
Cc: Zamith Rosas; Miguel Guimarães; Isilda Castro
Assunto: Proposta de alteração ao Título III do CRMB

Sinal. de seguimento: Dar seguimento
Estado do sinalizador: Sinalizado

Boa tarde Dr.ª Elisa:

Na sequência dos contactos anteriormente estabelecidos com os vossos serviços, venho pelo presente formalizar o **pedido alteração do Art.º B-3/2º do título III do CRMB, retirando o n.º 2 daquele artigo**, dado que o mesmo deverá ter sido introduzido por mero lapso, uma vez que não constava do anterior RMSRCHCB que esteve na origem deste Título III.

Atentamente,



BRAGA

Pedro Lopes
Divisão do Património
Cultural, Habitação e Gestão
do Centro Histórico
Este e-mail é amigo do ambiente, pondere antes de o imprimir!

pedro.lopes@cm-braga.pt

T: 253 203 150

www.cm-braga.pt